

# O CORREIO

Director  
Jorge Santos

SEMANARIO MONARCHICO

Editor  
José Antonio Fontes, Sobrinho

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO  
Rua Passos Manoel, 177-1.º — Porto

Composto e impresso na Typographia de Arthur José de Souza, Largo de S. Domingos, 67 — Porto.

Agente em Paris: Alvaro Pinheiro Chagas — 6, Rue Duban  
Agência em Lisboa: Largo de S. Paulo, 12

Proprietario — MARIO ANTUNES LEITÃO

1.º ANNO — N.º 11 — Avulso 20 rs.

Sabbado, 15 de Fevereiro de 1913

ASSIGNATURAS — Portugal, Ilhas e Colonias: serie de 52 n.ºs, 1\$000 reis — Serie de 26 n.ºs, 500 reis. Estrangeiro: (Paizes da União Postal) — serie de 52 n.ºs, 15 francos (ou 3\$000 reis). Series de 26 n.ºs, 8 francos (ou 1\$800 reis). Brazil: serie de 52 n.ºs, 6\$000 reis (moeda brasileira). Sendo a cobrança feita pelo correio, acresce 60 reis para Portugal, Ilhas e Colonias, e 50 centimos (ou 100 reis) para o estrangeiro.

ANNUNCIOS — Na secção de annuncios: 50 reis a linha. Nas outras paginas: contracto especial.

## SUMMARIO

José Novaes — LUIZ DE MAGALHÃES.  
Notas de um lisboeta — ANSELMO.  
Echos.  
Como Portugal salvaria as colonias — JOAQUIM LEITÃO.  
As colonias e a politica externa — HENRIQUE DE PAIVA COUCEIRO.  
O Catholicismo e a Acção Social — A. D'ORNELAS.  
A França perante a guerra — JOAQUIM LEITÃO.  
Chronica militar — S. P.  
Semana Mundana — ANSELMO.  
Folhetim — A Chica — Noticias da conspiração — ANSELMO.  
Carta de Lisboa.  
Chronica dos Theatros — NUNO GIL.

## José Novaes



Cons.º José d'Abreu do Couto d'Amorim Novaes

Nada ha mais grato, áquelles a cuja alma foi concedido o dom do Amor e da Admiração, do que exteriorisar esses sentimentos, quando elles incidem e se fixam n'uma individualidade superior. Mas nada ha mais cruel, mais torturante, para o coração d'um amigo, do que, nos primeiros momentos em que uma grande dôr o apunhala, ter de fallar ao publico d'um bom e querido companheiro, que a morte inexoravel acaba de arrebatá-lo ao seu affecto e ao seu convívio.

Tal é o meu caso no momento em que pégo na penna para traçar estas linhas, que me são impostas por multiplos deveres. Fallar do bello espirito, do nobre caracter e do grande e generosissimo coração, que foi José Novaes, dizer bem d'um grande homem de bem, e poder fazê-lo em plena sinceridade, sem lisonja e sem reserva — é um verdadeiro conforto para quem, na belleza moral, vê o mais glorioso esplendor da vida humana.

Mas esta dôr, tão recente, mais se comprazia no silencio, na muda absorção d'uma saudade pensativa e evocadora. O egoismo do soffrimento proprio domina-nos por absoluto depois d'estes

golpes. Nós morremos um pouco com todos aquelles que nos vão morrendo pela vida fóra... Por isso não é sem um violento esforço que começo esta honrosa, mas cruciante tarefa. E' que da minha penna goteja o sangue do meu coração trespassado...

A individualidade politica de José Novaes foi das mais distinctas e das mais nobres dos ultimos periodos da Monarchia representativa. Caracterisaram-na sempre uma grande sinceridade, uma absoluta isenção, uma rigorosa coherencia, uma hombridade impoluta, um civismo intemerato.

A politica não foi para elle uma *carreira*. Nunca sollicitou, nunca teve um emprego publico. Na sua longa vida parlamentar, esteve continuamente na camara por *direito proprio*, isto é, pelo suffragio da sua terra natal, mantido em successivos triumphos eleitoraes, quer no governo, quer na opposição. E essa força politica, essa *influencia*, não a creou pela corrupção, pelo sophisma das leis, pelos excessivos favores governamentais: creou-a pelas suas qualidades, pela sua franqueza, pela sua lealdade, pelo seu poder de suggestão, por um prestigio sempre crescente, que o tornou, com os annos e com a situação a que ascendeu, o maior influente politico de todo o entre-Minho e Douro.

Os influentes! os *caciques*!... O que se tem dito d'elles! Que de culpas e responsabilidades se lhes tem imputado nos males e nas desgraças da Patria! Nada mais commodo do que uma formula para explicar, prompta e facilmente, qualquer facto ou phenomeno, que não tenhamos paciencia para profundar ou analysar detidamente.

Os doutrinaristas ou os criticos superficiaes não comprehendem que, na realisação d'um principio, não é possível separar-o da condicionalidade do meio em que elle tem de se concretisar.

A fatal realidade das coisas é um coeficiente de correção inevitavel do dogmatismo abstracto. Porque, em verdade, as coisas fazem-se... como se podem fazer.

A representação nacional, entre nós, (e não só entre nós, mas em muitos outros paizes) só poudo realisar-se por essa subrogação de poderes, espontanea ou sollicitada, a que, em Hespanha, se deu o nome de *caciquismo*. O governo estava longe e o influente local estava perto. Os povos constituiram, assim, uma especie de patriciado eleitoral, que investiram no patronato dos seus interesses em face do Estado. Quer dizer, crearam a sua representação como as suas condições sociaes, o seu grau de cultura e a força da velha tradição aristocratica lh'o permittiam.

Era bom? Era mau? Conforme. Era bom, se o patrono investido n'estas funções as exercia bem. Era mau, se as exercia mal.

Quantas, quantissimas influencias benéficas não houve por essa terra de Portugal! Quantos d'esses patronatos, intelligentes, dedicados, zelosos, não estimularam a vida local, não transformaram, moral, material e economicamente, tantas das nossas povoações provincianas! Quantas fortunas de influentes comprometidas ou gastas ao serviço da

sua terra! E quantos beneficios pessoaes espalhados por essa gente humilde, quantos serviços generosamente prestados, quanto trabalho com os seus pequenos negocios, n'uma especie de zelosa e gratuita procuradoria!

Não, o patriciado da Urna, formado por uma necessidade espontanea da vida politica da nação e determinado pelo grau de capacidade representativa do nosso eleitorado, não nos foi tão nefasto como se tem dito. Moralizasse-se, orientasse-se, disciplinasse-se essa força, esse elemento intermediario e dirigente da representação nacional — e o systema representativo não seria, entre nós, peor do que é nos paizes em que o contacto da opinião com os governos é mais directo.

A influencia de José Novaes foi d'este genero. Elle não era um corretor de votos, era um dirigente da opinião, que o seguia pela confiança que inspirava, e que inspirava a todos egualmente — aos amigos e aos proprios adversarios. Todos, com effeito, se entendiam com elle, todos fiavam da sua palavra ou do seu compromisso, todos o estimavam e respeitavam pelas suas eminentes qualidades.

Era um propagandista irresistivel e um organisador extraordinario. As grandes forças de que o partido regenerador-liberal dispoz nos tres districtos de Entre Minho e Douro foram creadas, conquistadas, augmentadas e dirigidas pela sua acção proselytica. E tudo isso elle conseguiu sem promessas corruptoras, antes sob os estímulos mais levantados e patrioticos.

Mas não eram só os zelos e a tenacidade os segredos do seu triumpho: eram tambem a sua fina habilidade politica, o seu tacto inexcedivel, o seu faro psychologico, a sua grande licção dos homens e das coisas, juntos a uma rara energia, a uma prompta decisão e á mais perfeita e escrupulosa correção de processos.

Foi longa a sua carreira parlamentar, que começou muito cedo. E logo na camara tomou um lugar de destaque, n'um tempo em que não era preciso procurar os oradores com a lanterna do philosopho grego. Foi um ardido orador de combate, prompto a erguer-se á primeira voz para abordar qualquer assumpto e, mesmo no improvisado, cuidando a forma das suas orações, que tinham sempre um grande tom de elevação e nobreza e um sobrio e elegante relevo litterario. Vibrante e energico, mantinha, comtudo, sempre aquelle aprumo de perfeita dignidade, que foi um dos traços proeminentes da sua figura politica.

A chamada de João Franco ao poder, em maio de 1906, levou-o aos conselhos da Corôa. Muitos dos seus antigos camaradas já por lá tinham passado, — quantos d'elles mettendo os braços e acotovelando os outros, para attingirem essa situação, ás vezes tão infantilmente appetecida! Elle, porém, que era a desambição em pessoa, nunca para ella adiantara um passo ou movera sequer um dedo. Era d'aquelles que n'um mixto de modestia e orgulho (e não é antagonica, embora o pareça, esta combinação psychologica) não avançam para as honras, e serena, senão indifferentemente, esperam que ellas os venham procurar.

Não cabe no estreito limite d'este artigo, escripto ao correr da penna, analysar a sua obra de estadista e de administrador na pasta da justiça, que durante um anno geriu e que abandonou voluntariamente quando João Franco o dispensou, como a outros dois collegas, do sacrificio a que a disciplina partidaria os obrigara a curvarem-se.

Mas, n'essa missão, José Novaes deu provas da sua capacidade d'homem de governo. Com elle os negocios não se arrastavam, os despachos não demoravam, os pretendentes tinham promptamente um *sim* ou um *não* decisivos. Tudo resolvia em duas palavras, em duas linhas, sem perder tempo, sem fazer esperar ninguém. E o seu espirito de justiça, a sua clara franqueza, a deferencia com que tratava os adversarios — crearam-lhe uma situação excepcional de sympathia e respeito geraes. Abandonou o poder, sem deixar um inimigo.

Era, alem d'isso, um *homem de conselho*. Tinha como poucos o faro politico, esse dom instinctivo do espirito, essa especie de faculdade devinatoria, que, nas encruzilhadas da vida publica, nos leva pelo melhor caminho e nos inspira a melhor solução. Como poucos tambem, conhecia a technica politica, descobria os moveis que decidem os homens, os interesses que os determinam, adivinhava os seus pensamentos reservados, desvendava os seus planos, presentia o rumo dos acontecimentos e antevia o encadeamento dos successos.

Tal era, em grandes linhas e n'um mal esboçado perfil o illustre homem publico, que, devotado e leal servidor da Monarchia, nem por isso deixou de ser, e antes por isso o foi, um cidadão eminente e exemplar.

José Novaes era uma personalidade fundida de um jacto.

Ninguém menos complexo, menos antinómico nos elementos do seu caracter. Tudo n'elle era simples, claro e limpido. Quem lhe fallasse uma vez, ficava-o conhecendo como se com elle tivesse convivido longos annos. Era uma alma francamente aberta, largamente illuminada, sem a menor mancha de sombra, sem o mais ligeiro vislumbre de mysterio. Via-se para dentro d'ella como se vê um interior de casa atravez d'uma janella de grandes placas do crystal polido.

O seu caracter tinha uma pureza e uma rigidez diamantinas.

Nada o maculava, nem amollecia. Cavalheiresco, fidalgo, leal como a propria lealdade, havia n'elle a repugnancia instinctiva, a phobia invencivel da villezza. Por isso, em politica José Novaes era, sobre tudo, um *moralista*, mais crente na acção do que nas doutrinas, convicto de que reformar os costumes pelo exemplo valia bem mais do que pretender fazê-lo com leis que a malicia torcia ou o desuso tornava letra-morta.

Mas, se o seu caracter era de diamante, o seu coração era d'ouro. D'ouro puro, d'ouro do mais fino quitate! Profundamente bom, intensamente affectuoso, elle era um amigo incomparavel, capaz de todas as dedicções, um extremo chefe de familia, uma alma generosa e compassiva que se abria para todos os soffrimentos, se affligia com to-

das as miserias, e, recatadamente, as minorava e confortava.

Foi este intenso poder affectivo, esta força viva de emoção que, alargando a sua esphera, determinou uma das mais fundamentaes características do seu temperamento politico. José Novaes pôz na sua vida d'homem publico todo o seu coração. Amou a sua Patria, amou o seu partido, esse bello e nobre partido que com tanto enthusiasmo ajudou a constituir e que, na adversidade, acompanhou e amparou com toda a força do seu prestigio.

Naturezas d'estas, que se dão sem reserva, que vivem n'uma alta tensão emotiva, consomem-se a si proprias. A tragedia de 1 de Fevereiro, a catastrophe do seu partido, a angustiosa marcha das coisas publicas a partir d'essa negra data, a ignominiosa subversão da Monarchia em 5 d'Outubro, os desvarios da anarchia demagogica que se lhe seguiram, os riscos que via correr o seu paiz — abateram-lhe profundamente o espirito, deprimiram-lhe o animo sempre tão robusto e levantado.

Exilou-se, então, voluntariamente, por desgosto, por inconformidade moral com um meio em que se sentia extranho, em que, como todos os monarchicos, se via reduzido á situação humilhante d'um tolerado, sem direitos nem garantias.

O exilio, porém, enristecia-o profundamente, enchia-o de nostalgia. Elle era portuguez até ao amago da sua alma, minhoto até ás mais fundas raizes do seu ser — e tudo quanto havia de mais avesso ao cosmopolitismo. Para José Novaes existiam apenas, sobre a terra, dois sitios onde elle comprehendia a vida: no Porto, que se tornara a sua terra de adopção, e onde, nos passeios da Praça Nova, todos os dias o viam, conversando e discutindo politica com os amigos, com os desembargadores que desciam da Relação, com os abbades que vinham á cidade, ou então n'uma aldeia do patrio Minho, á sombra das carvalheiras frondosas ou sob a penumbra verdejante e fresca das ramadas, d'onde os paupanos se debruçam em festões.

Esta inadaptação moral ao meio em que vivia, produziu os seus resultados physicos. A doença, que uns dias d'aguas no Gerez teriam prevenido, se estivesse em Portugal, entrou com elle traiçoeiramente, aggravou-se, complicou-se e obrigou-o a pôr termo ao desterro, para em breve lhe pôr termo á existencia!

Grande e querido amigo, saudosissimo companheiro, d'uns poucos d'annos de nobres e desinteressadas luctas por uma alta aspiração politica, em que só viamos a regeneração da Patria! Dorme em paz no mysterio da Morte e no seio do Deus em que sinceramente acreditavas e em cuja fé expiraste, isso que nós suppomos ser o somno reparador d'esta longa e fadigosa vigilia — que é a Vida. Dorme em paz!

Partiste cedo. Mas *on a assez vécu quand on a bien vécu*. E a tua existencia de pouco mais de meio seculo é uma alta lição de elevação moral e de abnegação civica. Viveste bem, viveste muito bem! E felizes aquellos que, como tu, deixam, para conforto dos que os amaram, esposa e filhos sulçando de dôr, amigos desolados e com o coração a sangrar, uma tão pura e tão immarcessivel memoria, uma d'essas memorias que só se evocam com saudade, com amor, com respeito, com piedosa veneração.

Londres, 2 de Fevereiro de 1913

Luiz de Magalhães

Perfumaria Balsemão  
RUA DOS RETROZEIROS, 141  
TELEPHONE 2-777  
LISBOA

## Notas de um lisboeta

### Para o sacrificio

E o Zepherino, radiante, disse á mulher:

— E dizem vocês, thalassas, que a Republica não tem dado ao paiz um prestigio enorme no estrangeiro... Ouve lá isto...

A esposa do Zepherino aproximou se do marido e este leu:

— Queres ver... *Essa conferencia...*

E explicou:

— Trata-se da conferencia africana-internacional... Cousa, importante como vaes ver...

Depois continuou:

— *Essa conferencia realizar-se ha em abril ou maio na cidade de Hoya. A Belgica, a França, a Alemanha, a Italia, Portugal... ouves?... Portugal e a Hespanha tomarão parte...* Hem?!... Vês como elles não esqueceram o nosso paiz?...

E o Zepherino, muito satisfeito, agitava o jornal.

Então a mulher, encolhendo os hombros, disse-lhe, desdenhosa:

— Ora!... Tambem lá na minha terra quando chegava o dia da matança nunca ninguem se esquecia do porco.

Depois, voltando costas, proseguiu:

— E não consta que para uma touxada se tenham esquecido do touro nem que n'uma phillarmonica se tenha posto de parte o bombo.

Anselmo.

## ECHOS

### Historia antiga

Referimo-nos incidentalmente no ultimo numero á *pena de silencio decretada* pela imprensa portugueza, em reunião da Associação dos Jornalistas, contra todos aquellos que defendessem nos jornaes ou approvassem no Parlamento a lei de imprensa apresentada pelo gabinete presidido pelo sr. conselheiro João Franco.

Essa lei, que não pretendemos agora discutir, tinha um grande, um enorme defeito para a imprensa portugueza tal como ella é, taes como são os seus costumes. Acabava com a entidade editor e responsabilisava os directores pelo que nos seus jornaes se escrevesse, isto é, o sr. Silva Graça era responsável pelas calumnias que mandava escrever no seu jornal, como o sr. Alfredo da Cunha teria que se explicar pelas insidias que na sua folha apparecessem, como o sr. França Borges teria que se defender pelas tolices ou diffamações que, não sabendo escrever, mandava escrever pelos outros, e tudo isto sem que pela modica quantia de cinco ou dez tostões diarios pudessem despejar as suas responsabilidades sobre um qualquer pobre homem necessitado de ganhar a vida.

Não vale a pena descrever o que era a imprensa n'esse tempo, porque implicitamente se descreveria assim o que ella é hoje. Basta recordar apenas que essa *pena de silencio*, proposta pelo sr. Barbosa Colen, então director das *Novidades*, foi approvada e posta em pratica pelos jornaes republicanos, pelos jornaes dissidentes progressistas, pelo *Seculo*, pelo *Diario de Noticias*, e pelos jornaes do Porto, que ao mesmo tempo passaram para directores os seus editores. A não ser o *Noticias de Lisboa*, órgão do partido regenerador, o *Correio da Noite* e os outros jornaes progressistas, a *Nação* e os jornaes regeneradores liberaes e nacionalistas, todos os outros jornaes deixaram de publicar nas suas columnas os nomes das pessoas que tinham defendido ou approvado a lei de imprensa, chegando as *Novidades*, o *Dia* e o *Seculo* a cortar d'um annuncio funebre o nome d'um ministro regenerador liberal a quem fallecera uma pessoa de familia.

Como acabou a *pena de silencio*? D'um modo muito interessante.

Um dia um negociante precisou de publicar um annuncio que a lei mandava que se publicasse para effeitos judiciais. N'esse annuncio tinha que figurar n'uma certidão o nome do advogado do negociante. Esse advogado era deputado e na Camara approvára a nova lei de imprensa. Sobre o seu nome pois cahira terrivel a *pena de silencio* e jámais tal nome poderia ser publicado nas columnas dos jornaes do pacto tremendo.

Foi o annuncio para o *Seculo*, e o sr. Silva Graça, fiel á sua palavra de honra,

mandou substituir no annuncio o nome do advogado pelas iniciaes. Simplesmente o annuncio com a publicação das iniciaes e não de todo o nome do advogado não servia para os effeitos legais.

O negociante recusou pagar o annuncio e reclamou contra a alteração que n'elle fôra feita.

O annuncio era bom. Era grande e tinha de ser publicado n'uma pagina em que cada linha se paga caro.

O sr. Silva Graça hesitava entre a sua palavra de honra e os tantos mil reis que o annuncio dava. Honra lhe seja feita hesitou por mais de tres quartos de hora. Por fim tomou uma decisão energica, e no dia seguinte o *Seculo* publicava o annuncio com o nome do advogado e publicava ao mesmo tempo uma declaração rompendo com o compromisso tomado, sob palavra de honra, na Associação dos Jornalistas.

Os outros jornaes seguiram-lhe o exemplo.

E foi assim que com meia duzia de mil reis se conseguiu que se rompesse um pacto que os directores de grande numero de jornaes firmara, sob palavra de honra, em nome da dignidade, da honra e do pundonor do sagrado tribunal da imprensa, orientadora das penas.

Mas a respeito da imprensa muitos casos teriamos a contar d'esse mesmo periodo, casos quasi todos elles desconhecidos do publico. Isso porém fica para umas *Memorias* que algum dia se hão-de publicar e que se poderiam talvez intitular *Memorias de quem tendo lutado muito de perto com quasi todas as figuras do paiz no periodo mais interessante da sua historia politica chegou á conclusão de que, em geral, essas figuras ou eram... figurões... ou eram figurinhas.*

O titulo seria muito grande, mas tambem as *Memorias* tem que ser muito compridas.

### Rectificação

A *Patria*, porque um jornal estrangeiro disse que o sr. Affonso Costa é apenas sustentado por trinta mil carbonarios cada um dos quaes recebe seis libras por mez, protesta indignada e classifica de calumnias a affirmação.

Cremos que effectivamente os carbonarios não são tantos e que as libras não são tão poucas.

Se os carbonarios fossem tantos, n'um paiz que todo elle treme de medo quando vê tres carbonarios, o sr. Affonso Costa já se teria feito coroar imperador e rei, com muitissimo mais de seis libras por mez.

E o sr. Antonio José d'Almeida já teria montado uma fabrica de ceroulas para seu uso.

Assim ainda se vae arrançando com o que encontra pelos armazens.

### Rusga

O sr. França Borges, lamuriando sobre a sorte dos desgraçados revoltosos de 28 de janeiro que, como se sabe, foram tratados a bifas e jantares de Tavares rico quando estiveram presos no Quartel do Carmo, chama *rusga ao partido republicano* as prisões que depois se deram por causa das associações secretas.

*Rusga...* Tu o disseste, menino... Nem mais, nem menos... *rusga*.

### Verdades

A *Republica*, referindo-se a El-Rei D. Carlos, diz que *quer acreditar que muito do que d'elle se dizia não passava de facil e perigosa lenda.*

Dil-o agora a *Republica* mas nunca o sr. Antonio José d'Almeida no tempo da sua propaganda teve a hombridade de o dizer, e antes especulou sem escrupulos alguns com o que *não passava de facil e perigosa lenda.*

Aquelle jornal democratico que dizia ha tempos que o sr. Antonio José d'Almeida não tinha apenas muita falta de intelligencia, com alguma razão o dizia pois.

### Confronto

Com este titulo commenta a *Patria* a noticia de ter sido condemnado em França a um anno de prisão um jornalista que escreveu um artigo em que se exaltava um bandido celebre.

E falla depois em facinoras que tem commettido a torpeza de exaltar a familia dos Braganças.

O golpe é directo.

O facinora é o sr. Henrique de Vasconcellos, cujos artigos exaltando a Familia Real são bem conhecidos.

O que não sabemos é quem sejam os facinoras que no tempo da Monarchia fizeram mão baixa dos dinheiros do Estado.

Mas sabemos que, se taes roubos houve, os criminosos são republicanos.

Se fossem monarchicos a Republica teria dito que roubos foram esses e já teria procedido contra os seus authores.

D'isso não haja a menor duvida.

### Bilhetes fiduciarios

Confirmando indirectamente o boato que tem corrido de que o sr. Affonso Costa projecta realizar a liquidação immediata do Banco de Portugal e de substituir d'um dia para o outro as notas d'esse Banco por bilhetes do Estado ou d'um Banco do Estado, diz o sr. José Barbosa, referindo-se a um artigo do sr. Anselmo de Andrade que *não acredita que alguém com bom senso e conhecimento d'essas coisas seja capaz de acceitar essa ideia.*

E mais adiante diz que *temos creado, consolidado, acreditado, prospero e livre de perigos e instrumento financeiro que se chama Banco de Portugal*, aconselhando em seguida a que *não nos aventuremos a ensaios audaciosos e ambiciosos, cujos resultados, sempre problematicos, podem facilmente vir a ser contra productores.*

Tomamos a liberdade de archivar estas palavras, porque não deixaria de ser interessante confrontal-as com certos artigos que dentro de pouco tempo hão-de apparecer no órgão do unionismo.

### Descobertas

Dizem as *Novidades* que a hilariante *Patria* descobriu que um burro carregado de livros é um doutor.

Ora o secretario da *Patria* é o sr. Henrique de Vasconcellos que é doutor.

A affirmação tem, pois, o valor do *saber da experiencia feita*, e ahí tem como se apura que esse senhor é o que se chama nas lojas de brinquedos um *jouete à transformation*.

Com livros é mulato, sem livros é ruço.

### Recamble & C.<sup>o</sup>

O *Socialista* tem publicado uma serie de artigos a respeito de uns casos da Junta de Credite Publico que se nos affiguram muito interessantes e que nos surpreende que não tenham ainda despertado as attentões do Sagrado Tribunal, Orientador das Penas, que n'esses artigos orientaria materia para muito mais interessantes *reportagens* de que aquelles que largamente costumam fazer acerca d'alguuma facadita vibrada em meretrizes ou de qualquer corrente de latão impingida como de ouro.

N'esses artigos falla-se n'um roubo de oitenta e tantos contos, em um homem que morreu mysteriosamente depois de ter bebido no mysterio um copo de leite, em individuos presos expiando culpas de outras pessoas, em cousas pavorosas, emfim, e que não sabemos bem como se deixam correr sem immediatamente se proceder á averiguação de tudo isso.

N'esses artigos falla-se muito d'um senhor Mascarenhas, director da Junta, e a elle se fazem varias accusações gravissimas.

Conhecemos em tempos um senhor Mascarenhas. Era um homem muito risonho, muito pouco intelligente, muito escuro e muito monarchico.

Não nos parece que elle tenha cabeça para andar sequer vendendo capilé pelas ruas, quanto mais para dirigir a Junta de Credito Publico.

Mas com cabeça ou sem ella para isso, o facto é que elle dirige a Junta de Credito Publico, isto é, a instituição que mais respeitabilidade precisa ter para mais confiança inspirar aos estrangeiros em relações financeiras com o Estado Portuguez.

Como se comprehende pois que sendo esse sr. Mascarenhas alvo de accusações tão graves como as que lhe fez o *Socialista*, o governo não tome quaesquer providencias de forma a pol-o d'alli para fora até que se apurem as suas responsabilidades nos casos que o *Socialista* cita?

Não sabemos os motivos d'essa attitude do governo, como não sabemos as razões do silencio do Sagrado Tribunal da Imprensa sobre a campanha do *Socialista*.

Com tudo alguma explicação deve haver. Qual?

Os anjos que respondam, que os cherobins já adheriram e estão gosando a pensão que acceitaram.

### Uivos?

Muitos jornaes protestam indignados contra a infamia da *nota da redacção* com que o *Mundo* acompanhou o telegramma do seu correspondente no Porto noticiando o fallecimento de José Novaes, esse grande homem de bem, exemplo raro de lealdade, de honradez e de bondade.

A nós não nos indignou essa *nota*. Pelo contrario achamos que era justo, que José Novaes baixando á cova n'um paiz apodrecido pela mais indecorosa falta de

sem moral, não despertasse no jornal que é o symptoma mais claro, e ao mesmo tempo o symbolo mais perfeito, d'esse apodreçamento, outros sentimentos que não fossem os do odio.

De resto toda a gente sabe que quando ha uma morte os cães uivam.

O Mundo não podia pois deixar de uivar, como era proprio da sua raça.



### O fim?

Conhecem já os nossos leitores, pois todos os jornaes do mundo se tem occupado do sensacional assumpto, a *entente* naval estabelecida ultimamente entre a Inglaterra e a Allemanha.

Surprehendeu os meios politicos internacionais essa *entente* que vem modificar sensivelmente as bases dos dois grandes agrupamentos europeus, *entente* que ha pouco ainda a Allemanha recusava. A esse respeito surgiu naturalmente esta pergunta:

O que pode determinar a Allemanha a aceitar bruscamente uma combinação que ha seis mezes ella repellia deliberadamente?

Um jornal de Berlim deu a seguinte explicação que quasi todos os jornaes estrangeiros apontam como a verdadeira:

«A Allemanha e a Inglaterra estão em vespuras de se entenderem com respeito a uma conferencia africana internacional, que se esforçaria por regular todas as grandes

questões do solo africano. Essa conferencia teria lugar em abril ou maio na cidade de Haya. A Belgica, a França, a Allemanha, a Italia, Portugal e a Hespanha tomariam parte n'ella. O apoio da França parece assegurado; a Belgica e Portugal accceitariam tambem, sob certas garantias. Tratar-se-hia de novo das questões que foram levantadas pela critica anglo-allema sobre a partilha eventual das colonias portuguezas e procurar-se-hia regular, especialmente, o litigio a respeito da bahia de Delagoa.

«Tal foi o fim da viagem de um deputado e financeiro inglez muito influente, que viu o imperador e que lhe propoz officiosamente certas bases de *entente* que Guilherme II desejava. De resto o embaixador da Allemanha em Londres por varias vezes agiu no mesmo sentido e fez saber a Berlim que o governo britannico estava disposto a liquidar as mais importantes das questões africanas.

«Em compensação a Allemanha pediria á Inglaterra o seu apoio diplomatico, e a Inglaterra ter lho-hia prometido.»

Pedimos aos nossos leitores a fineza de constatarem que não fazemos o menor comentario.

Para que?

O paiz está satisfeito. Com a subidade do sr. Affonso Costa parece que ainda mais satisfeito ficou.

O que temos a fazer?

Estarmos tambem satisfeitos.

E' uma satisfação geral.

## Como Portugal salvaria as Colonias

### Entrevista com Ayres d'Ornellas

Ouvimos Ayres d'Ornellas traçar o retrato de Mouzinho, com o enlêvo que o chefe de estado-maior do heroe de Chaimite tem sempre ao rememorar a figura do épico moderno.

Mas, como para todos os grandes homens, a gloria para Mouzinho d'Albuquerque foi apenas a posse de auctoridade moral que lhe permittisse bem servir a sua Patria.

A gloria fôra um meio. O fim era fazer do dominio colonial portuguez, o imperio ultramarino que elle podia, que elle devia e deve ser.

Esboçou-se, pois, o sonho colonial de Antonio Ennes e Mouzinho que ambos sonharam o mesmo sonho.

O governo de Ennes, o governo de Mouzinho, e o governo da geração de colonias que elles deixaram, marcam as tres *étappes* da historia contemporanea da Africa Portugueza.

Da acção militar de Mouzinho, passou-se logica e insensivelmente ao resumo das consequencias da campanha de 95, e aos principios que Ennes e Mouzinho adoptaram para fazer da Africa Portugueza um edificio colonial prospero e intangivel.

Ayres d'Ornellas, tendo traçado a synthese tentadora d'esse fertil periodo da nossa historia colonial, encerra hoje a sua valiosa entrevista apontando como Portugal salvaria as suas colonias, tão invejadas do dente anglo-saxão.

— A acção militar estava concluida, ou nós para sustentarmos as colonias tinhamos de continuar a batalhar, ou despachar expedições sobre expedições, guardando o thesouro ultramarino com um exercito em armas?

— Não, senhor, — responde o sr. Ayres d'Ornellas. — Moçambique estava praticamente occupado. Em Angola, resolvido o conflicto dos Cuamatas, não me consta que houvesse qualquer chefe indigena que não quizesse submeter-se. A espada e o canhão tinham desbravado o matto, agora tocava a vez á acção pacifica e fecunda do fomento.

— Mas, emfim, as expedições foram uma necessidade ou uma criação de sedentos de gloria como querem os que malsinavam o que se fazia por que se fazia, e o que não se fazia por que não se fazia?

— As expedições não foram simplesmente necessarias; foram imprescindiveis, e urgetes. O nosso dominio estava sendo escarnecido. Os sóbas

revoltavam-se, o Gungunhana, embora dissesse sempre aos Inglezes que não podia reconhecer o seu dominio porque era vassallo do Rei de Portugal, a verdade é que não pagava o imposto, e a colonia gastava não produzia, e com o defraudamento economico ia-se indo o dominio de facto. Sem a acção de Mouzinho não havia exploração colonial possivel.

— Mouzinho viu o problema como Antonio Ennes o vira ou limitou-se a seguir as ideias de Ennes?

— O Mouzinho era muito competente para o ver expontaneamente por si proprio. Mas o facto é que Mouzinho viu parallelamente o que Antonio Ennes observara e concluiu, desenvolvendo-o á medida que as circunstancias se apresentaram.

— Era uma cabeça!

— Não tenha duvida nenhuma! Uma cabeça privilegiada. Se ha genio militar e colonial, Mouzinho era-o. Em todo o caso devemos muito ao Ennes que é o mestre da escola colonial contemporanea, de que saíram Eduardo Costa, chefe de estado-maior de A. Ennes, Paiva Couceiro, ajudante de Ennes, Freire d'Andrade, chefe do gabinete de Ennes, e eu que tive tambem a honra de ser ajudante d'elles antes de ser chefe de estado-maior de Mouzinho.

— Diga-me, embora V.Ex.<sup>a</sup> o haja escripto muitissima vez, porque não faz mal repeti-lo ao povo portuguez. Moçambique a que typo de colonisação se presta?

— Moçambique deve ser uma colonia de exploração.

— E Angola?

— Tambem. E mesmo na zona habitavel por brancos, que é onde Angola podia dar uma colonia de povoação, não me parece que a população ali venha a ser muito densa. De resto, uma colonia não é preciso ser branca, para ser portugueza. A Argelia é franceza. Pois eu corri-a toda, desde Constantino ao Sahará e desde Oran a Tunis, e de claro-lhe francamente que me deu a impressão de ser tão franceza como a Normandia e a Provença.

— E qual é proporção das populações branca e indigena na Argelia?

— A população franceza é inferior á italiana e hespanhola juntas. E a proporção é de setecentos e cincoenta mil europeus para cinco milhões de indigenas.

— Falei um dia d'estes com Paul

Adam que me fez a apologia das colonias de exploração, e me contou com enthusiasmo que a França, tendo aprendido á sua custa na Tunisia, abandonara o systema das colonias de povoação.

— Pois claro que ninguem mediamente illustrado pensa já hoje, em colonias de povoação a não ser na Australia onde a população indigena é pouco densa, e onde quer que haja um clima habitavel pelo europeu.

— Só em Portugal se préga ainda o sermão de que é urgente derivar a corrente imigratoria do Brazil para a Africa do Sul.

— Que quer? Ha annos que eu ando a explicar a tolice que é querer fazer da Africa do Sul uma colonia de povoação. O resultado é que não se faz isso porque é um impossivel, e o disparate impede que se faça o que se deve fazer. Consequencia: para ahí estão as colonias estacionadas, e a gente cae-lhe a cara de vergonha quando lê a imprensa allemã accusar-nos de que não sabemos colonisar, de que não valorizamos o que temos na mão, e o nosso coração de portuguez estremece de angustia e inquietação quando essa mesma imprensa se dirige á Inglaterra a evocar isso mesmo, como razão de partilha colonial.

— E' ainda tempo, n'este momento em que a Africa ao que parece está sobre o tapete da discussão e da evidencia, é ainda tempo de salvar as nossas colonias.

— Penso que sim.

— Como? Mais do que planos financeiros, mais do que reformas de instrucção, mais e primeiro do que tudo, o que o paiz precisa é de não perder a sua razão de ser que são as colonias. Pode Portugal salvar as colonias dos perigos que parecem ameaçá-las? Como?

— Muito simplesmente: defendendo-as como a Hollanda defende as d'ella. Quem pensa em tirar as colonias á Hollanda. E' acaso a esquadra hollandeza que está garantindo Java e Sumatra? Não é. E' a sua administração. E ahí tem em Java e Sumatra dois typos perfectos da colonia de exploração. Com uma exploração moderna e progressiva ninguem pensaria em tirar-nos as colonias.

— E' obra para seculos?

— E' obra para annos. Mas a politica d'um paiz não pode andar á mercê de acasos. Um paiz só attinge uma grandeza cyclica quando as gerações conservam religiosamente o fio da tradição, e continuam a vida collectiva sob a unidade de vistas que o seu destino lhe marca. Já lhe disse: o milagre não é o pae dos preguiçosos. A nossa expansão maritima não foi um milagre, nem uma tomada feliz á escalada.

— Todavia em Portugal, os cerebros mais emancipados ainda tecem os seus discursos sobre essa lenda romantica que attribue á sorte o nosso cyclo aureo.

— Crasso e funesto erro! Longe de embalar as gerações com esses tópos de boa-ventura soprando no bôjo das caravellas, era bem mais proficuo e de melhor ensinamento, — e não menos bello para os efeitos oratorios, — descrever como teve unidade de visão e preconcebido, consciente plano a nossa expansão maritima. Se os oradores e os poetas, em vez de se inspirarem n'esse romantico erro historico, prégassem a grandeza do sonho do Infante Navegador e do plano de Affonso d'Albuquerque, Portugal em vez de estacar de braços cruzados á espera da messias, da mina, do milagre, trabalharia conscientemente para uma futura grandeza digna da que teve no passado. *L'homme fait sa destinée*, e os povos que preparam a sua Historia. Queira Portugal trabalhar, e ninguem lhe tocará nas suas colonias, e preparará novos, brilhantes capitulos da sua historia patria!

Joaquim Leitão.

## As colonias e a politica externa

De problemas nacionaes fallavamos aqui ha dias, e do desleixo a que os votam os poderes publicos. Tratava-se de Emigração e colonização d'Angola.

Final pensando uns minutos o caso explica-se, com coherencia mesmo.

Segundo consta, e liberal se affigura, antiseptico e leigo, — a lusa historia, propriamente dita, passou a contar-se desde a integração nacional na consciencia collectiva, ou, mais chãmente fallando, desde 5 d'Outubro de 1910, — o nosso luminoso, algo serodio embora, 1793. Percebe-se.

Assim Portugal d'aquem e d'alem mar, navegações e commercios de Ethiopia e mais partes ultramarinas, baixam aos archivos da pre-historia.

E guardai-vos oh! Padroes de Diogo Cam, que nas praças publicas já pelo pó vão rolando, em homenagem ao Espirito Novo, corôas reaes e cruzeiros inoffensivos, pedras, como vós outros, symbolicos de um passado extinto para todo o sempre, e para todos os efeitos trancado, annullado e suprimido.

A quem vivia d'esses bric-à-brac todos, nem por isso alegre muito, mas equalitario, nivelador, e logico com o modernismo radical, tem de confessar-se que é.

Ajuizado e oportuno, talvez não.

Bem se cançon Tolstoi modernamente a bordar, sobre a tela dos amores, a philosophia das nossas terrenas existencias.

Os diplomatas, todavia preferem Darwin, e a vida das Nações interpretam-n'a elles como a expansão d'energias constructivas, seleccionando progressos e beneficios á custa da eliminação das incompetencias. Viver, segundo esses praticos, não é amar precisamente, mas muito antes lutar, enriquecer, e dominar. Politica de realismo, e de realizações.

Muito fóra de moda, não ha duvida, as doutrinas revolucionarias de 93. D'ellas restam ainda vestigios, no seu Paiz d'origem. Mas fóra d'ahi, e de Portugal, taes experiencias só as vão tentando certos exoticos, como a Persia, a China e a Turquia.

São doutrinas d'exportação, fermento d'instabilidade social, e vehiculo d'enfraquecimentos, com que os Machiavel das Chancellarias modernas preparam o terreno para as suas operações de tirar dentes sem dor.

E, se não, notem-se as coincidencias:

Na Nova Persia parlamentar, por exemplo, impera o bandidismo, a desordem, e a inseguridade. E acontece, ao mesmo tempo, convir essa anarchia á Russia, que deseja caminho para o Golpho Persico atravez da Persia, e convir igualmente á Inglaterra que, tambem atravez da Persia, estimaria arredondar a India, e obstar ao contrabando d'armas para o Afghanistan.

A China republicana perde desde já a Mongolia e o Thibete. E acontece, ao mesmo tempo, que aquelle ex-Imperio é zona de concentração de varios appetites externos, aos quaes de certo não pôde ser desagradavel a situação de desequilibrio e de incertezas que por alli se manifesta.

A joven Turquia acaba de ser impellida até aos muros da sua Capital por uma rapida campanha de sete semanas, e, — peor que Byzancio ha quatro seculos e meio, — discute sanguinariamente primasias de governo interior, quando o inimigo exterior, lhe está batendo ás portas. E acontece, ao mesmo tempo, que Constantinopla e a Asia Menor, correspondem ás encobertas aspirações de certas grandes potencias.

Emfim, — á parte essa questão das coincidencias, e das conclusões a que se chega, pelo raciocinio logico de presumir auctores dos males aquelles a quem os males aproveitam, — constata-se, em todo

o caso que, da importação das ideias de 1793, resulta, para os Paizes importadores, um estado d'odios, discórdias, desorganização, impotencia, divisões intestinas, e esphacelamento territorial, conforme os factos citados,—que não são unicos na especie,—comprovam e documentam.

Nova persia,—Republica Chinezã do Extremo Oriente,—Joven Turquia dos Balkans,—tres doentes do mesmo microbio!

«Solatio est miseris socios habere...?»

Do outro lado estão os Imperialismos, ou, biologicamente consideradas, as Forças espontaneas da Natureza em evolução cumprindo as suas funções d'absorver os incapazes, a bem da sua propria conveniencia, primeiro, e depois, e consequentemente, a bem da Civilização geral, de quem são, ou de quem se constituem, mandatarios e representantes. Ou por outras palavras, do outro lado estão as Nações bem organizadas e utensilhadas, militar e economicamente, fortes de disciplina e d'unidade moral, proseguindo, na plena consciencia do seu poder colectivo, os seus fins particulares de grandeza e aperfeiçoamento.

Entre os dous lados, isto é, entre as duas escolas, o contraste é frisante.

O Japão, por exemplo, conquistando, colonizando, infiltrando, na Formosa, na Corea, na Mandchuria, por toda a periphria do Pacifico, e promovido, com titulo significativo de perigo amarello, á cathogoria de signo principal no zodiaco das preponderancias mundiaes. Um Sol Nascente, em toda a extensão da palavra.

No entretanto o visinho Chinez vae-se derretendo pelas bordas, e dissolvendo por dentro. Em compensação é republicano.

Um ovo por um real, como a maior parte de nós portuguezes concordaremos.

Já Polybio nos conta como o excesso de liberdade de pessoas, e a ausencia annexa de um Poder constituído com auctoridade, levou a Grecia antiga ao dominio dos Romanos. E, agora mesmo, na scena contemporanea dos grandes Povos, temos a historia diplomatica da França, especialmente de 1898 para cá, a demonstrar-nos, com notavel clareza, a inferioridade das instituições republicanas, no «bridge» dos Imperialismos europeus.

Deixemos comtudo esse caso que não é bem o nosso objectivo d'hoje.

O systema bismarekiano de fazer politica internacional deixou discipulos na terra de nascença, o que é natural. Mas tem um defeito. Não sendo Bismarck facilmente imitavel em tudo, contentam-se alguns com imital-o nas exterioridades do pulso. D'ahi uma possivel confusão ás vezes, entre questões diplomaticas, e questões de pura mechanica de forças, confusão pouco propicia, na verdade, para inspirar segurança a quem não tenha tido a fortuna de nascer lá para as visinhanças do Elba.

Tem o imperialismo allemão em vista, entre outras, duas linhas de menor resistencia, isto é, duas direcções d'expansão em obra: uma apontada em conjuncção com a Austria, para o Mediter-

rauo (Trieste, Salonica(?)) e a segunda ao longo do Atlantico.

A primeira prolonga-se directamente com uma esphera d'influencia na Asia Menor, Syria e Mesopotamia até ao fundo do Golpho Persico.

Com a segunda se relacionam certas sympathias bastante ostensivas, que o referido Imperialismo Germanico tem demonstrado pela Madeira, Canarias, e Siberia.

E relacionam-se tambem os seus designios africanos. Estes sabemos quaes são: ligar, pelo centro do continente, as tres grandes Colonias, Oeste Africano, Este Africano e Camarões. Já em tal sentido o primeiro passo foi dado, á custa de uma cedencia franceza, obtendo a França em troca a sua liberdade d'acção em Marrocos. Faltam mais dous passos.

Um á custa da Belgica: a Allemanha pretende obter para si o direito de preferencia que a França possui sobre o territorio do ex-Estado Independente do Congo (ao presente Congo Belga). Acontece, ao mesmo tempo, que o dito Estado Independente do Congo, e a Colonia belga sua successora, se esquivam sempre a cumprir as clausulas de liberdade de Commercio, internacionalmente estabelecidas pela Conferencia de Berlim, como base constituida d'esse Estado Convencional.

Conjugando por um lado o fundamento, ou pretexto, para reclamações, ou pressões, que do não-cumprimento derivam, e por outro lado a desejada acquisição do direito de preferencia, fica visivel a rocha por onde se premedita meter a cunha.

O terceiro passo, finalmente é com Angola e comosco.

Sobre este preferimos não fallar tanto mais que as palavras anteriores chegam para qualquer tirar as conclusões.

No nosso Paiz, que não é uma fortaleza concentrada como a Suissa, mas sim uma pulverização de territorios abertos e vulneraveis, a politica externa devia merecer, e mereceu em tempos, a mais sustentada das attenções. Seria o Atlantico o lago dos nossos objectivos, dedicando-se o esforço diplomatico a apertar as relações com aquellas potencias europeias, e extra-europeias, a quem interessa o Atlantico Livre. Por Cabo Verde para Angola e Brazil, pelos Açores para as nossas colonias da America do Norte, encontrariam, o Commercio e Navegação Nacionaes, directrizes marcadas, braços abertos d'amigos, larga margem para actividades e progressos.

A nossa politica externa teve um bom Chefe. Fizera a viagem dos Açores. Ia apprehender a do Brazil.

Com esse Chefe contavam muitos dos pobres que ingenuamente gastaram o tempo a sonhar futuros de grandeza, e a trabalhar de corpo e alma por esses sonhos.

Mas esse Chefe já não existe. Está com o Passado a Aquem e d'Alem-Mar, anterior a 5 d'Outubro de 1910.

Com um, e com outro, nos ficamos.

Henrique de Paiva Couceiro

tencia, relações *necessarias* entre os individuos que a compoem; sem umas e outras não só periga, mas torna-se impossivel a sua conservação; e quem fora dellas, mais contra ellas, pretende legislar, não edifica, destroe, não governa, anarchisa, não dá vida á nação, mata-a.

Mas a anarchia e a desordem não matam n'um dia o organismo social, imprimem-lhe, porém, uma agitação, um mal estar, uma incapacidade de progredir, uma impossibilidade de socego que se agravam successivamente até á decomposição total.

Eloquente demonstração temos aqui na luca deste grande paiz contra o regimen que lhe impozeram.

Como se traduz na vida social a Acção da Terceira Republica? Que socego, que tranquillidade não exprimentaria a nação se essa obra social fosse conforme á natureza! Mas nunca a intelligencia e a vontade dos trabalhadores se pronunciou em mais definida revolta contra a sorte que a legislação republicana lhes tem feito. A escola laica tirou-lhes a fé; a separação da Igreja do Estado criou a luca civil; o regimen maçonico ameaça a defeza nacional.

Abolida a fé, mutilada a alma humana, a caridade foi proscripta; substituiu-se-lhe a Justiça. Mas como medila, essa justiça? De que direito ha-de o outro ter mais que eu? E' isso *justo*? E a propriedade, não será um injusto um monstruoso privilegio para uns, em detrimento dos outros?

Aqui temos já onde leva o *dominio da justiça alargado á custa da caridade*: estão condemnados os dois alicerces da ordem social, a liberdade e a propriedade. E, ainda em nome da justiça social, os sophistas revolucionarios atacam a propriedade, *transformando-a n'um meio uso-fructo*. E' Lloyd George, por exemplo, com a sua legislação contra a grande propriedade territorial, ou procurando passar a ao Estado por meio dos impostos de successão, ou paralyzando a sua valorização por meio de medidas especiaes sobre os contratos de trabalho; e temos o outro mal que aponta a Santa Sé, *deveres e direitos criados onde existia a liberdade*.

Mas a propriedade e a liberdade defendem-se, naturalmente, e assim, pregando *justiça social* cria-se o rancor e a iniquidade. Como pode a miseria humana perdoar á riqueza, quando se aboliu a caridade? Por isso todas as organizações de defeza do proletariado, laico e atheu, tornam-se, e são de *necessidade*, organizações revolucionarias. Nem ha meio termo. «Não estaes fazendo socialismo, dizia uma vez Leão XIII a um dos membros da União Catholica dos Estudos Sociaes, estaes fazendo *christianismo*. Ah! os nossos inimigos não sabem o que é a ordem social christã.»

Ha pois uma ordem social christã, e antes poderiamos dizer, não ha ordem social que não seja christã; os seus principios foram expostos por esse grande Pontifice na sua immortal Encyclica de 15 de maio de 1891, *Rerum novarum*; sobre a condição dos operarios.

Nunca o Papa, escreve a este respeito Emile Ollivier, foi mais do que agora o Pontifice da luz e da harmoniosa serenidade. As suas paginas são uma maravilha d'elevação, de justeza, de medida, escriptas em elegante e forte linguagem, com uma delicada e firme ponderação d'ideias.»

E como é o Codigo da Acção Social Christã, vamos ver o que elle prescende, e o que a originou.

O inicio da acção social christã, tal como a pré-gavam desde 1870 e tantos Mr. de Mum e os seus amigos, era uma reacção contra o individualismo revolucionario, baseada na associação. Mas logo se sentia a necessidade de ter uma doutrina sobre todas as questões que agitam o povo, que interessam a sua vida e o seu subsistir. Em frente da doutrina revolucionaria era preciso collocar a doutrina *verdadeira*, isto é, fundada no direito natural, nos deveres dos

homens para com Deus e uns para com os outros. E assim o primeiro ponto definido atacara a obra de Turgot e da Constituinte supprimindo as corporações e creando a liberdade absoluta do trabalho, isto é, prejudicando gravemente o direito legitimo da associação profissional. Depois seguiu-se o estudo dos deveres do Estado em relação ao trabalho procurando por igual evitar o erro socialista que substitue o Estado á iniciativa privada, tornando-o o grande agente de producção, e o dos economistas chamados liberaes que condemnavam o Estado a desinteressar-se de todas as questões de trabalho. E os catholicos definiram a attitude do Estado como uma missão de protecção para com os pobres e os fracos, devendo garantir ao operario a liberdade do Domingo, impedir a exploração da mulher e da creança, regular a direcção e as condições do trabalho, promover a paz entre patrões e empregados, facilitando as associações proficionaes, criando jurisdicções arbitraes para terminar os conflictos, e protegendo o trabalho contra a desordem no interior e contra a concorrência no exterior.

Quando, desde 1882 a 1884 a Camara franceza discutia e votava (21 de Março de 1884) a lei sobre a liberdade dos syndicatos proficionaes, o Conde de Mum apresentava uma emenda cujo objecto era favorecer a constituição de syndicatos mixtos de patrões e operarios, e ao justificá-la, punha, como se costuma dizer, o dedo na ferida:

«O que falta aos syndicatos de patrões ou operarios considerados na lei, isto é, isolados e separados uns dos outros, é precisamente o que constitue a grande realidade e a grande energia do nosso tempo, é o que havia no fundo das velhas associações corporativas, a aproximação das pessoas, a concentração dos interesses, a pacificação que só se pode encontrar na reconstituição da familia profissional. O que ha nos syndicatos da lei, é um *pensamento de luca, um meio de resistencia contra o capital*. Os syndicatos darão aos operarios uma alma para fazer subir os salarios, ou para diminuir as horas de trabalho; não lhes darão o que mais lhe falta, a segurança no futuro, a estabilidade da condição, a elevação progressiva da profissão. Em frente aos operarios, tambem os patrões se syndicarão, e esquecerão cada vez mais o seu dever social, e não haverá em presença senão inimigos.»

Foi verdadeiramente prophético o grande orador catholico: a lei criou dentro do Estado a organização revolucionaria e a Confederação Geral do Trabalho tornou-se um perigo permanente para a ordem social. Muito longe de se apaziguar, a questão social tornou-se abertamente uma luca e uma guerra. E' a guerra de todos contra todos.

Não era, porém, só em França que os problemas sociaes preocupavam os espiritos. Iniciara na Allemanha o movimento social o celebre bispo de Maguncia, Mgr. Ketteber. O barão de Vogel-sang e o conde de Blome na Austria, o conde de Soderini na Italia, Collinet na Belgica, o celebre Gasper Decurtias na Suissa, o cardeal Manning em Inglaterra, todos pré-gavam uma reforma no regimen do trabalho, inspirada na renovação da tradição christã; desde 1884 a 1891 o Congresso de Friburgo reunia aquelles que se interessavam pela obra social da igreja. Mas enquanto os catholicos da Europa sollicitavam da Santa Sé uma norma *infallivel* ás suas doutrinas, uma acção a contrapoz á acção revolucionaria, o episcopado americano submettia ao Supremo Arbitro a momentosa questão dos Cavalleiros do Trabalho; succediam-se em Roma em 85, em 87, em 89 as peregrinações operarias levando dezenas de milhares de trabalhadores aos pés do Santo Padre. Parecia que de todo o mundo christão surgia o clamor angustioso dos Apostolos: *Domine, salva nos, perimus!*

## O Catholicismo e a Acção Social

Ha pouco publicavam aqui os jornaes uma carta do Cardeal Merry del Valle, Secretario d'Estado da Santa Sé, ao Conde Alberto de Mun, o conhecido orador e parlamentar francez, sobre a Acção Social Catholica; obra que elle fundou e dirige ha trinta annos.

Nesse documento, enumera o Cardeal com singular vigor os erros mais nocivos da utopia revolucionaria: O dominio da justiça, alargado mais que o razoavel em detrimento da Caridade — o direito de propriedade subordinado ao seu uso — direitos e deveres criados

d'uma vez onde a lei natural conserva a liberdade.

Estas phrases, encerrando tanta verdade com tamanha realidade, tão cheias de vida, ocorriam-me de novo á memoria quando lia o indigesto arranzel que o intitulado presidente do que em Lisboa se chama governo, despejou sobre um dos seus costumados auditorios: asertoado mal feito de citações e opiniões erradas, donde nada de positivo se conclue, donde só pode sahir desordem e destruição. Porque ha nas Sociedades condições *essenciaes* á sua exis-

Leão XIII respondeu: publicou a Encyclica *Rerum novarum*!

Um temível conflicto está travado entre as classes sociaes, mas por difficil e perigoso que seja o problema levantado no mundo do trabalho, o Papa conhece, sabe a solução e com uma energia apostolica indica-a ao mundo.

Começa por apontar as causas do mal, a destruição das antigas corporações, a desappareição do sentimento religioso nas leis, o isolamento dos trabalhadores em frente da concorrência desenfreada, a usura voraz, o monopólio do trabalho e dos objectos de commercio nas mãos dos ricos que impõem assim um jugo quasi servil á multidão infinda do proletariado.

Aos males da sociedade moderna, onde está o remedio?

Não é no socialismo preconizando a suppressão da propriedade particular e a sua transference ao Estado ou á municipalidade. Um tal systema roubaria ao operario a livre disposição do seu salario e por isso mesmo o accesso á propriedade com a facultade subsequente de melhorar a sua situação. O direito de propriedade, demonstra-o elevadamente Leão XIII, funda-se na propria natureza do homem e na ideia da familia. O socialismo trazia como consequências «a perturbação de todas as classes da sociedade, uma odiosa e insupportavel servidão para todos os cidadãos, a porta aberta a todos os odios, a todas as discordias; o talento e a habilidade sem estímulos, a riqueza esgotada na sua fonte, e em lugar da equalidade tão sonhada, a equalidade na pobreza, na indigência e na miséria».

Ora só a igreja pode dar o remedio a taes males, só ella tem a palavra efficaç para aproximar os ricos dos pobres. Ella ensina que tem absoluta necessidade uns dos outros, que não pode existir capital sem trabalho nem durar trabalho sem capital, ella prescreve a patrões e operarios os seus deveres reciprocos e obriga o primeiro a respeitar no segundo a dignidade de homem, e a eminente dignidade de christão.

E como o christianismo enobrecer a pobreza e rehabilitou o trabalho! Não foi Deus n'este raundo um operario, não viveu Elle grande parte da sua vida do trabalho manual? Ha lição mais eloquente que esta? O problema social não se torna assim um verdadeiro problema moral, não será a igreja a unica com o poder necessario para penetrar as vontades dos homens dos preceitos que decorrem da lição divina?

Destas verdades essenciaes seguem-se os meios tendentes a pacificar a sociedade. O Papa entra pois na sua exposição. Primeiro, a intervenção do Estado: «pode esforçar-se por melhorar a condição dos proletarios, no seu pleno direito.» Esta intervenção deve dar-se quando «os interesses geraes ou o interesse d'uma classe em particular se achem lesados ou ameaçados e quando seja impossivel remediar ou obviar por outra forma.» Mas ainda o Papa reserva cuidadosamente o respeito da liberdade:

«E' justo que o individuo e a familia tenham a facultade de proceder com liberdade emquanto essa facultade não torna o bem geral nem se torna nociva a ninguem.»

E assim, sempre que é possivel, o Papa preconiza o entendimento entre patrões e operarios de preferencia á intervenção do Estado que limita depois enumerando os casos em que a lei deve entrar: «nada deve reprehender alem do que é necessario para reprimir abusos ou afastar os perigos».

No final da Encyclica, Leão XIII incita as obras de paz social, as sociedades de socorros mutuos, as caixas de seguro, os patronatos e sobretudo as corporações que nos seculos passados taes serviços prestaram ás industrias, ás artes, e á classe operaria. Mas sem Deus, sem o espirito christão, nada disto serve, nada de bom pode produzir.

Está definida a acção social da Igreja, exposta a sua doutrina, pronunciada a

sua lição. Sabe o operario os males da utopia revolucionaria, o estado de guerra aborta o que elles conduzem, soffre da impossibilidade de fazer viver juntos quem não pode existir senão na dependencia reciproca, amarga diariamente a situação absurda onde o levou a mentira. Tem agora diante de si a Verdade, conhece que neste mundo todos tem que se auxiliar e que todos uns aos outros são precisos. Mostrando o seu interesse, o seu cuidado pelas clas-

ses trabalhadoras, intervindo com a sua autoridade divina em seu favor, impondo á Riqueza a Caridade para com a Pobreza, e ao Patrão o respeito pelo operario, a Igreja não fez agora senão commentar e applicar aos males da epoca presente, a palavra de Deus ha tanto seculo pronunciada nos montes da Galiléa: *Misericordia super turbas!*

Paris, 4-Fevereiro-913.

Ayres d'Ornellas.

## A FRANÇA PERANTE A GUERRA

### Entrevista com Paul Adam

*O assucar tem occasiões que amarga*

*Internacionalismo e patriotismo*

*As consequencias da Lei de Separação e do ensino laico em França.*

O problema dos mercados coloniaes, para a super-produção da Europa, trouxe á baila o internacionalismo que nos fez lamentar:

— Que tremenda responsabilidade a dos escriptores *ainés* da França contemporanea, prégando o internacionalismo!...

— Não devemos querer-lhe mal nem condemná-los, respondeu Paul Adam. Eu tambem fui internacionalista. E, na verdade, parecia-me n'esse tempo que não havia razão para que os homens, com todo o seu espirito, toda a sua litteratura e a sua arte, só podessem resolver as suas discussões ao pontapé e á coronhada. Infelizmente, emquanto a Alemanha se não convencer de que não é dona da terra, essa era de paz e desarmamento é uma utopia. A Alemanha é que tem a responsabilidade de que o internacionalismo fracassasse. Emquanto durar esse delirio germanico do armamento nós não podemos desarmar. Eu, repêso de me ter deixado illudir, prégio hoje, e já não é de hoje, o patriotismo, com ardor e convicção. E' a Alemanha! é a Alemanha!...

E, depois de olhar com tristeza para essa evocação de corpos e corpos de exercito devastando a paisagem e sujando o espaço com a palavra da metralha, Paul Adam sacudiu o pesadelo, afugentou o espectro sangrento, retirou a retina d'esse quadro sinistro, e explicou, com a razão resignada ás evidencias:

— Emfim, a Alemanha não é de tudo responsavel. Ella faz a finta da guerra no exterior, para fugir á guerra no interior. E' a lucta pelos mercados, a super-produção demandando expansão, e os milhares dos seus soldados representam apenas milhares de operarios que ordenam ao Estado que lhes abra mercados, balcões...

— O que seria hoje a França perante a guerra, dada essa campanha de *sabotage* que os anti-militaristas prégam para a imminencia d'uma mobilisação?

— Seria apenas a prova de que a França é franceza! exclamou Paul Adam. E nós já vamos vendo os apóstolos anti-militaristas desertarem, um a um, d'esse terreno. Elles comprehendiam perfeitamente que a guerra á mão armada não é mais do que a *ultima ratio* da guerra economica. Na minha propaganda patriotica, tive occasião de me encontrar n'um meio proletario, que era justamente hostil á idea da guerra. Falei-lhes assim: «*Os senhores não querem a guerra, porque receiam a paralisação do commercio, da industria, da vida, — a fome, por consequente. Philosophicamente talvez tenham razão. Mas ouçam isto: a Alemanha arranhou facilidades de tarifas para a exportação das suas machinas de impressão; tanto bastou para que duas poderosas fabricas con-*

*gêneres que havia em Paris tivessem de fechar. Sabem quantos operarios ficaram sem pão? Tres mil! Essa victoria economica da Alemanha foi a ruína d'esses nossos industriaes; mas a ruína d'esses nossos industriaes foi a fome de tres mil operarios. Se a Alemanha nos não encontrar dispostos e promptos para a guerra, ella vencer-nos-ha economicamente, e de exigencia em exigencia, de concessão em concessão, o regimen de mais favorecida dá-lhe a França a comer, e o proletariado francès que receia da guerra uma fome de semanas ou de mezes, terá a fome de annos ou de sempre!*» Parece que este argumento os abalou, e eu vejo com satisfação que os anti-militaristas...

— Hervé, por exemplo.

— ... são cada vez menos numerosos. Todos vão comprehendendo a dura verdade: o pão defende-se muita vez a tiro! Se nós não estivéssemos dispostos á guerra, Marrocos não teria sido para nós. Pois o que foi Marrocos? Uma caturrice da França? Marrocos foi apenas o assucar de beterrava que perderia o seu mercado.

Conte o cultivador, os jornaleiros da beterrava, os industriaes e operarios assucareiros, os intermediarios, toda essa engrenagem humana que vive do assucar, e terá cem mil homens que a França teve de salvar da ruína e da fome dizendo á Alemanha: «*Nós precisamos de Marrocos, queremos Marrocos, e havemos de ficar com Marrocos!*» Em resumo, Marrocos não foi uma valledade de conquista, nem nós sacrificariamos o nosso exercito, se Marrocos não representasse um alto, sagrado interesse colectivo. E' que Marrocos era o mercado dos nossos assucares de beterrava. O assucar esteve para ser amargo, a Alemanha cedeu.

— E hoje o povo francès ressurgue com as suas virtudes patrioticas!

— Oh! galhardamente! Vou contar-lhe um episodio muito curioso. Nós temos um *chateau* n'um dos departamentos visinhos de Paris. Ha muitos annos que o mesmo barbeiro vem a casa, de quinze em quinze dias, espartar-me a barba. N'um momento em que se julgou que a guerra ia estalar, o barbeiro faltou-me um mez inteiro. Quando reapareceu, eu disselle. «*Então que ausencia foi esta!*» — «*O' sr. Paul Adam! foi o povo: novos e velhos, todos quizeram cortar o cabelo e rapar a barba, para estarem promptos, suppondo que iam ser chamados para a guerra!*...» E' um exemplo rustico e pequenino da grande alma franceza. Se houvesse uma guerra, nem haveria *sabotage* nem anti-militaristas. Haveria francezes!...

— Ha um visivel ressurgimento patriotico francez, neste momento. Querem que haja tambem um ressurgimento religioso. E' assim? A lei da separação do

Estado da Igreja revigorou o sentimento religioso da França?

— Não me parece! E oihe, no nosso *chateau* ha uma capella. A' missa d'essa capella iam, antes da lei da separação, umas vinte pessoas, contando com caseiros, guardas mattos, etc. Hoje nem uma! E o mais notavel é que nem os velhos comparecem. Ora eu não posso crer que o meu departamento seja uma excepção na França. Não, não é. Ha igrejas de aldeia que d'antes estavam apinhadas de povo, á missa parochial, e onde hoje vão apenas o padre e o sacristão. O que ha, o que se deu, com a lei da separação, foi um recrudescimento de culto religioso, nas camadas medias. Por snobismo! Ah! é preciso não desdenhar esse snobismo, porque muitas vezes começa-se religioso por snobismo e acaba-se fanatico. Por agora é apenas esse mundo *snob* que apresenta um recrudescimento de fé religiosa, que não é fé, é *snobismo*. D'ahi, pode mais tarde derramar-se pelas outras classes um néo-sentimento religioso. Por agora, não!

E após uma certa reflexão, Paul Adam declara pezaroso:

— Uma evidente e triste consequencia teve a lei da Separação: o argumento da criminalidade infantil. Comprehende-se: tiraram o cathecismo á creança, não o substituindo por nenhuma outra elevada doutrina. Dantes ensinavam á creança: *Quem rouba vai para o inferno*. Tiraram-lhe o cathecismo, negaram-lhe um inferno, e a creança já não raciocina: «*Se roubo uma maçã, tenho o inferno!*», mas sim: «*Se roubo uma maçã, como-a!*» E a creança começa por furtar a maçã, aos 5 annos, e acaba por assaltar, de punhal e revolver em punho, aos doze! E' um horror que dá essas quadrilhas de bandidos imberbes que enchem as columnas dos jornaes.

E assim terminou a vasta e colorida conferencia de Paul Adam.

Joaquim Leitão.

## CHRONICA MILITAR

Paris—Janeiro de 1903.

A nova lei dos quadros, ainda da iniciativa Millerand, e que o Parlamento approvou em 23 do mez passado, faz resurgir na cavallaria franceza, pelo que respeita ás suas grandes unidades, as tradicionaes designações de *cavallaria pesada e ligeira*.

Certamente estas palavras não correspondem ao seu antigo e classico significado, porquanto affigura-se-nos que a missão da cavallaria é hoje *una*, quer se trate dos pesados couraceiros, quer dos dragões-lanceiros, quer de hussards ou caçadores a cavallo.

O que se pretendeu com o novo agrupamento dos regimentos foi sem duvida constituir unidades homogeneas comandadas desde o tempo de paz por aquelles, que em caso de guerra, terão a grave missão e a grave responsabilidade, de as levar ao fogo.

E' pelo menos isso o que seprehende.

Assim das 10 divisões de cavallaria independente, com que a França ficará dotada, logo que a lei estiver completamente em vigór, duas (1.<sup>a</sup> e 9.<sup>a</sup>, em quartéis generaes em Paris e Tours) considerar-se-hão *divisões pesadas*, com 2 regimentos de couraceiros e 4 de dragões; quatro (3.<sup>a</sup>, 4.<sup>a</sup>, 6.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> com quartéis generaes em Noyon, Lyon, Sedan e Chartres) serão *mixtas*, com 2 regimentos de couraceiros, 2 de dragões e 2 de hussards ou caçadores a cavallo. Finalmente as restantes quatro (2.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 8.<sup>a</sup> e 10.<sup>a</sup>, com quartéis generaes em Lunéville, Chalons, Dôle e Martanban) considerar-se-hão *ligeiras*, com 2 regimentos de Dragões e 4 de caçadores a cavallo ou hussards.

Do que deixamos dito, imediatamente

se conclue tambem que a *ordem ternaria* com toda a sua facilidade de manobras, recebe uma effectiva consagração. Cada divisão a 3 brigadas, de dois regimentos cada; todas as divisões a 6 regimentos por consequencia.

Ora esta grande aglomeração de cavallaria, constituida por unidades autonomas em absoluto umas das outras, traz logo consigo um problema gravissimo a resolver — tão grave que já as sumidades militares de França, com elle se estão preocupando.

E' elle o da *unidade da doutrina*, que parece gravemente compromettida com estes 10 divisionarios, trabalhando cada um por sua conta e a seu modo e além da *unidade de doutrina* a unidade de pontos de vista sobre os methodos de instrucção, em especial da de campanha.

«Tous ceux qui ont été appelés dans ces dernières armées — diz o General De Lacroix — à apprecier notre cavallerie ont été d'accord pour constater qu'elle souffre d'un défaut d'unité dans les procédés de commandement et dans les idées que president à l'emploi le l'arme».

Para obviar a estes inconvenientes, o general de Gullifet, quando Ministro de Guerra, em seguida aos desastres de 70, creou os Inspectores permanentes «para assegurar nos diferentes corpos da arma a unidade de vistas e de instrucção necessarias». Estes Inspectores foram suprimidos em 1902.

Restava ainda assim o «Comité de Cavallaria», orgão simplesmente consultativo, especie da nossa Commissão de aperfeiçoamento (que não sabemos se ainda existe). O presidente d'este Comité, que pela sua situação era a mais alta individualidade da arma, podia até certo ponto influir sobre os processos d'instrucção e de preparação para a guerra.

Em 1910 o Comité, porém é dissolvido.

Hoje, em dia, pretende-se a criação d'um Inspector Geral de Cavallaria, cujas attribuições deverão ser, além das

de um Conselheiro técnico do Ministro da Guerra e do Estado Maior, as seguintes:

— Fiscalisação do ensino, em materia de tatica de cavallaria, em todas as escolas militares (Saint-Cyr, Saumur, Escola de Guerra) com o unico fim em vista da *unidade de doutrina*.

— Instrucção tatica dos generaes e dos coroneis de cavallaria, tendo para isso a direcção dos exercicios de quadros.

— Designação dos coroneis e generaes, que deverão ser promovidos por escola.

— Direcção das manobras de conjunto, de cavallaria.

S. P.

**PERFUMARIA FINA**  
PRAÇA DE D. PEDRO, 101  
LISBOA

RECEBEU novo sortimento de essencias finas para o lenço e banho, sabonetes e pós de arroz finissimos, boa agua de Colonia Florida e preparados garantidos para o cabello, dando a cor natural; sortimento de elixires, pasta, pós dentrificicos.

### SEMANA MUNDANA

#### FAMILIA REAL

Traduzimos do importante jornal inglez *Daily Telegraph* a seguinte local publicada no seu numero de 5 d'este mez:

«El-Rei D. Manoel de Portugal visitou hontem, de surpresa, o albergue municipal de Drury Lane denominado Bruce House e, acompanhado pelos funcionarios do Instituto, occupou-se durante cerca de uma hora em estudar a organisação dos serviços. Sua Magestade está dedicando consideravel attenção aos problemas referentes á moradia dos mais pobres trabalhadores e interessam-no as varias soluções adoptadas pelas

municipalidades inglezas. Acompanhado pelo Honourable sir. Henry Lygon, um dos vereadores, El-Rei D. Manoel chegou em automovel a Bruce House pouco antes de uma hora da tarde. Entrando no refeitório na occasião em que algumas centenas de albergados se sentavam para jantar e notando que o menu incluia carne estufada, pastelão de vacca e carne guizada, Sua Magestade mostrou alguma surpresa quando um dos funcionarios que o acompanhava o informou de que por 3 pence (60 reis) podia ser servida uma refeição quente.

Os dormitorios, que são divididos em compartimentos individuais, attrahiram a attenção de El-Rei D. Manoel. Sua Magestade, pelas perguntas que fez e pelas respostas que obteve, ficou inteirado dos ultimos aperfeiçoamentos no que diz respeito a este ramo da actividade municipal.

Como a visita tivesse sido realisada sem caracter official muito poucos de entre os albergados chegaram a saber da identidade do augusto visitante.

Sua Magestade seguiu depois para as casas Peabody que ficam situadas a pequena distancia. Uma grande multidão dos inquilinos alojados nas 300 moradias que as casas contem ovacionou Sua Magestade á porta da entrada principal.

Como El-Rei D. Manoel já não podesse dispor de mais tempo apenas visitou ahi as installações exteriores e uma das moradias.

#### PERFUMES

Elle n'essa noite viera mais tarde, e quando chegou a casa já ella estava de ha muito na cama, procurando conciliar o somno, sem que o conseguisse, n'aquella impressão de isolamento que pela primeira vez tivera depois de casada, e que a fizera recordar os seus tempos de solteira em que adormecia solitaria, emballada em sonhos vagos, imprecisos, que ella não comprehendia bem, que não sabia recordar mesmo no dia seguinte, ao despertar.

Entrando no quarto, nos bicos dos pés, suppondo-a adormecida, elle rapidamente despira-se a d'ahi a pouco sempre julgando-a a dormir, enfiara-se pela cama sem mesmo accender a vela.

Depois, de costas, puzera-se fitando a luz vacillante da lamparina ou olhando as sombras que dansavam nas paredes e no tecto.

Era a primeira vez que aquillo lhe succedia depois de casado, e já seis mezes haviam passado sobre o dia em que perante o prior da freguezia pronunciára o *sim* que á sua prenda para sempre a vida d'aquella crea-

— Sim... mil medalhinhas... Franca-mente não suppunha que as cousas estivessem tão adeantadas.

Depois tornei:  
— Mas... mas... olha lá, ó Chica... Diacho!... diacho!... Ouve cá... E a cousa correrá bem?

— Corre... corre bem, com certeza... E n'uma decisão, encostando os cotovelos ao parapeito da janella, a Chica desabouza:

— A mim, pediram-me segredo... Mas eu a ti posso contar... O Nogueira... sabes?... o do ministerio dos negocios estrangeiros...

— Então não havia de saber?... Um thalassa de alto lá com elle... Até era da Casa Real... Ainda ha dias o vi na rua do Ouro aos cumprimentos ao Bernardino Machado, que até parecia que era o Rei...

— Quem?... O Nogueira?  
— Não... O Bernardino... O Nogueira quem parecia não era o Rei, era o proprio Bernardino... com tantos cumprimentos...

— Pois o Nogueira foi para Paris...

— Ah! foi?...  
— Foi... Elle tem filhos já homens... sabes o que são rapazes... podia succeder alguma cousa... depois a mulher, coitada, assustou-se muito com estas cousas... Emfim... foram todos para Paris... para não estarem cá na occasião.

— Sim... fizeram bem.

— Pois a mulher do Nogueira escreveu...

— Ah! escreveu?...  
— Escreveu... Eu não vi a carta... Mas contou-me a irmã do Souza... Leram-na em casa das Lencastres, que tinham parti-

— E que dizia a carta?... Que dizia?

— Perguntei eu ancioso.

— Cousas muito vagas, muito disfarçadas... que, lá isso, á Nogueira não se apanha uma palavra... Aquella, sim, aquella é que é um verdadeiro poço...

— Mas que dizia ella?... que dizia ella?...

— Para disfarçar, para que no correio não percebessem, se abrissem a carta, dizia assim pouco mais ou menos: *Estive com o S. caixeiro do Printemps... e sublinhava caixeiro do Printemps... que me disse que por estes dois dias chegava á terra do homem da agua... percebes?... á Galliza...*

— Perebo... mas está muito bem disfarçado.

— Ah!... A Nogueira sabe disfarçar muito bem... um carregamento de cinco

turinha, loira e franzina, que para alli estava agora, adormecida — pensava-o elle — a seu lado.

Sahira depois de jantar e na volta que dera uma ligação antiga, uma hespanhola de olhos negros e cabellos de ebano, arrastara-o n'uma vertigem para o gabinete de um *restaurant* onde o tivera até aquellas horas tardias, em que de repente, olhando o relógio se lembrou da pobre creaturinha que em casa o aguardava, assustada talvez, anciosa com certeza, sem comprehender aquella demora.

Ella, a certa altura, fez um movimento, abriu os olhos e bocejando, como quem desperta, olhou-o um pouco e murmurou:

— Vieste tão tarde...

Elle, beijando-lhe a testa, respondeu depois d'uma hesitação:

— Estive tratando de cousas politicas... encontrei o... encontrei o... Camacho... então... sim... começamos conversando... conversando... Emfim... só acabamos a estas horas.

E com um ar muito grave, quasi compungido, concluiu:

— Isto vae mal... A situação é grave...

Ella aproximando-lhe do rosto a sua face mimosa, murmurou:

— Que bom cheiro!... Que perfume é esse?...

Elle teve como que um sobresalto, e, rapido, affastou o rosto sem responder.

Depois, como ella de novo se lhe aproximasse, a insistir na delicia do perfume, elle murmurou:

— Sim... é bom... é um cheiro muito bom... E' o perfume que o Camacho usa...

E accrescentou, dando explicações:

— Como estivemos toda a noite juntos... Ella, então, ingenuamente, credula no que elle lhe dizia, exclamou:

— Oh! a politica... E o Mundo a dizer ainda hoje que elle cheirava mal...

Facciosismo, filha, facciosismo...

E puxando a roupa, murmurou, recordando a hespanhola de olhos negros e cabellos de ebano:

— Cheira até muito bem... mas mesmo muito bem.

Anselmo.

### Expediente

Prevenimos os nossos presados assignantes das provincias que vamos enviar-lhes pelo correio, á cobrança, os recibos de suas assignaturas, e pedimos-lhes a fineza de os satisfazerem logo que lhes sejam apresentados, evitando-nos assim despesas desnecessarias ou a suspensão da remessa do jornal.

## 9 FOLHETIM DE «O CORREIO»

# A CHICA

### NOTICIAS DA CONSPIRAÇÃO

Uma noite a Chica, entre dois beijos, disse-me:

— Amanhã vamos á *gare* do Rocio, á partida do rapido do Porto.

E com ares mysteriosos, em segredo, accrescentou:

— O Souza vae para Vigo.

Eu, intrigado com aquelle ar mysterioso, perguntei:

— E que vae elle lá fazer?

A Chica, mais baixo, mais em segredo, ciciou:

— Vae conspirar... Schiu!... Não digas nada a ninguem...

Eu estendi logo o braço, n'um gesto largo:

— O! filha... isto aqui é um poço...

Ella continuou:

— Ninguem sabe... E então para disfarçar, combinou-se ir muita gente á estação, assim como se elle fosse estar uns dias no Porto para se divertir...

— E' boa ideia!... Mas... olha lá, ó Chica, como sabes tu que elle vae conspirar?

— Disse-m'o elle... Esteve cá a despedir-se, e então contou-nos...

E mais baixo, sempre mais baixo, com os seus adoraveis labios junto da minha orelha, communicou:

— A cousa está para muito breve...

Depois endireitou o corpo, olhou-me de frente, e perguntou:

— Não dizes nada a ninguem?

— O! filha... Então isso são lá cousas que se vão contar?!... Não digo... não.

Então ella, depois d'um beijo que eu saboreei deliciado, foi contando:

— A cousa rebenta por estes dias... A irmã do Souza até me mostrou já umas medalhinhas... umas medalhinhas com o retrato do Rei... Hei-de dar-te uma...

— A mim?... Para quê?...

— Para trazeres comigo...

— Está bem... Mas olha lá, ó Chica...

E o Souza vae então conspirar?

— Vae... A irmã disse-me que elle até levava uma mala cheia...

— De armas?!... perguntei eu estreme-cendo.

— Não... De medalhinhas...

— Mais medalhinhas?... Para quê?

— Para distribuir... Parece que está lá opoder do mundo...

— Ah!... mas olha lá, ó Chica, a cousa está assim... tão proxima... tão proxima?...

A Chica olhou em volta a rua deserta e de novo aproximou do meu rosto arripiado os seus labios ardentes:

— Talvez até já tenha rebentado.

— Hein! exclamei n'um sobresalto.

— Sim... E' isto que te digo, declarou a Chica terminante. O Souza até estava com medo de não chegar a tempo...

— Então porque não partiu elle hoje?

— Tinha ainda que ir despedir-se das Lencastres e das Soares... Já não apanhava o rapido...

— Mas tinha o comboio das nove...

— N'esse não quiz elle ir... Parece que não tem *wagon-restaurant*.

— Ah!... mas... olha lá, o Chica... então... então parece-te que talvez já tenha rebentado?

— Quasi com certeza...

E pondo a mão de lado sobre os labios confidenciais:

— O Lopes... Sabes?... O Lopes da travessa da Victoria...

— Sim... sei... O retrozeiro...

— Esse mesmo... Pois o Lopes vendeu já para cima de tres mil medalhinhas...

— E'na, pae!... tanta medalhinha!...

— E' isto que te digo... Só a Noronha mais velha... Sabes?... A Luiza...

— Sei... Então não havia de saber?...

Thalassa dos quatro costados... Ainda hontem a vi a entrar para o Grandella...

— Bem sei... Ella disse-me que te tinha visto... Ia lá comprar um velludo que o Grandella tem, que não é mau e que é barato... a quatorze vintens o metro... Pois só a Noronha mais velha comprou perto de mil...

— Mil metros de velludo?... Para que diacho quer ella tanto velludo?

— Não foi velludo... Medalhinhas... Comprou perto de mil medalhinhas...

— Com seiscentos... Mil medalhinhas... é obra...

A Chica, atirando um pouco a cabeça para traz, franzindo ligeiramente o sobrolho, disse com gravidade:

— Tu sabes lá como as cousas estão!...

Eu, acenando com a cabeça, confessei:



## Empreza Nacional de Navegação

PARA A COSTA OCCIDENTAL D'AFRICA

*Sahidas em 7 de cada mez:*

Para a Madeira, S. Vicente, S. Thiago, Principe, S. Thomé, Landana, Cabinda, Ambriz, Loanda, Novo Redondo, Benguella, Mossamedes, e para S. Antão, S. Nicolau, Sal, Boavista, Maio, Fogo, Brava, Bolama e Bissau; com baldeação em S. Vicente.

*Sahidas em 22 de cada mez:*

Para S. Thiago, Principe, S. Thomé, Cabinda, S. Antonio do Zaire, Ambrizette, Ambriz, Loanda, Novo Redondo, Benguella, Mossamedes, Bahia dos Tigres e Caboandel para Fogo, Brava, Maio, Boavista, Sal, S. Nicolau, S. Antão e S. Vicente, com baldeação em S. Thiago.

Para carga e passagens trata-se no escriptorio da Empreza

RUA DO COMMERCIO, 85 — LISBOA

## COMPANHIA DO GAZ

DO PORTO

*Distribuição de Coke a domicilio*

Por cada 15 kilos (uma arroba) . . . . . 200 reis  
Por cada 600 kilos (um carro) . . . . . 8\$000 reis

Posto em casa do consumidor, dentro da area da cidade do Porto.  
Peso garantido.

**SATISFAZEM-SE PROMPTAMENTE**

todos os pedidos de *Coke* que lhe forem feitos ou por meio do correio, ou em requisição verbal nos seus escriptorios da Praça de Carlos Alberto 71, ou na fabrica, no Ouro.

Compagnies  de Navegation  
SUD ATLANTIQUE

**Linha postal.** Para Rio de Janeiro, Montevideu e Buenos Ayres, com escala por Dakar.

A 14 de Fevereiro o paquete *La Bretagne*.

**Linhas Comerciaes.** Para Pernambuco, Rio de Janeiro, Montevideu e Buenos Ayres, com escala por Dakar.

A 25 de Fevereiro o paquete *Liger*.

Para Bahia, Rio de Janeiro, Montevideu e Buenos Ayres com escala por Dakar.

Para Bordeus, a 9 de fevereiro o paquete *Liger*.

**K. H. Lloyd (Mala Real Holandeza)**

Para Rio de Janeiro, Santos, Montevideu e B. Ayres.

A 3 de Fevereiro o paquete *Hollandia*.

A 24 de Fevereiro o paquete *Frisia*.

Para Vigo, Boulogne, Paris, Dover, Londres e Amsterdam, a 5 de Fevereiro o paquete *Zelandia*.

**Linha Cyp. Fabre & C.º**

Para New-York, Providence e mais cidades dos E. Unidos da America do Norte.

A 15 de Fevereiro o paquete *Germania*.

Para Marselha. A. 25 de Fevereiro o paquete *Roma*

Para carga e passagens e mais esclarecimentos trata-se com

**OREY ANTUNES & C.º**

No Porto

Largo de S. Domingos, 62, 1.º

Em Lisboa

Praça Duque da Terceira, 4

## Magalhães & Moniz, L.ª

LIVRARIA EDITORA

Depositarios da Imprensa Nacional

Venda de livros nacionaes e estrangeiros

de ensino, arte, sciencias e letras.

Agencia de assignatura para todos os jornaes e publicações

CORRESPONDENTES EM TODO O MUNDO

CASA FUNDADA EM 1873

11, Largo dos Loyos, 14 — PORTO

## ESCOLA PRATICA COMERCIAL

Rua Gonçalo Cristovão, 191

PORTO

Estabelecimento de ensino pratico comercial

UNICO NO PAIZ

Premiado com medalha de Ouro e Prata.

Recebe alumnos internos e externos.

Envia-se o programa ilustrado a quem o requisitar.

## CIMENTOS

NACIONAES E ESTRANGEIROS  
POR GROSSO

Vantagens excepcionaes para grandes fornecimentos  
e contractos annuaes, etc.

J. WIMMER & C.ª  
LISBOA

## “ADESIVOS E MAKAVENCOS,,

Chegou nova remessa d'estes magnificos bacios á casa

“AU BON MENAGE,,

81, Rua de Cedofeita, 85

Teleph. 942 — PORTO

Casa especialista no fabrico de colchões de arame,  
colchões de folhelho, lâ, crina e summauma

Unica colchoaria no Porto que possui um bem montado serviço de  
esterilisação e desinfeção pelo vapor sob pressão.

O proprietario,

Julião D. Monteiro

## Fabrica de pregos e ferragens para malas

A unica no Paiz que fabrica

todos os artigos para confecção  
de malas de viagem

PEDIR CATALOGOS E PREÇOS AO DEPOSITO

Rua de D. Pedro, 110-2.º

PORTO